

Mário Ypiranga Monteiro

ASPECTOS DA CULTURA AMAZÔNICA

(Separata do n.º 1 da Revista do Conselho Estadual
de Cultura do Amazonas.)



Manaus — Amazonas
1986

Mário Ypiranga Monteiro

ASPECTOS DA CULTURA AMAZÔNICA

(Separata do n.º 1 da Revista do Conselho Estadual
de Cultura do Amazonas.)

Manaus — Amazonas
1986

ASPECTOS DA CULTURA AMAZÔNICA

Palestra realizada na Associação Brasileira de Imprensa, no dia 03 de outubro, 1985, Rio de Janeiro

Há muitos anos uma pessoa ligada pelo sangue aos índios Arara do rio da Madeira contou-me, entre outras, a seguinte lenda: em certo lugar muito remoto existia uma deusa estéril. Ela sofria e reclamava, inconformada com a solidão, pedindo a Tupã que lhe desse a companhia de um filho. Tupã apareceu-lhe em sonho e disse-lhe: "Dorme e verás. E do que vires, de bom e de ruim, não te queixes, aceita sem repugnância as duas partes. Verás duas visões e ambas te fecundarão, mas não poderás afeiçoar-te a uma delas em prejuízo da outra". A deusa esperançada dormiu e ante ela apareceu primeiramente a papanã da noite, grande e manchada, cruelmente bonita. Juntaram-se. Na noite seguinte tornou a dormir e já viu a inandu astuta, tecedeira da grande rede viscosa. Tomada de aversão e medo, aceitou constrangida a companhia, mas a inandu era negra e asquerosa, embora dominadora e envolvente. Nasceram gêmeos, homem e mulher, de feições agradáveis um, e a outra não muito simpática. Ao macho faltavam os olhos e as orelhas; e à fêmea a boca e o nariz. Só possuíam em comum o tato sutil. Entristecida com o insucesso e porque os filhos se parecessem mais com a noite que não tem olhos; com a terra que não emite vozes; com a água que absorve e mata; e com a ipojuca que só deita fluidos nocivos, a deusa-mãe revoltou-se, foi sacrificada pelos filhos e transformada na nuvem primordial. Os dois filhos, casti

gados, Tupã isolou-os do mundo. Todos quantos vissem a fêmea sem nela tocarem, ficariam imunes a qualquer castigo; os que a violassem tentados pela beleza e a engravidassem dela não poderiam desligar-se nunca mais. Ao macho coube apenas o papel de guardião, munido da rede com que prende e devora ou não aos incautos e violadores.

A Amazônia Ocidental poderia destacar-se como uma constante que ultrapassa em significados reais tudo quanto a imaginação ferosa teria a dizer. Dela já se disse tudo, ora em termos demasiadamente exagerados, ora em expressões demasiadamente infames e ora em formulações honestas, justiceiras, ponderáveis. Mas o fato, para admirar, é que a Amazônia continua em muitas coisas ignorada para o Brasil. Transformou-se num Mito pretensamente indecifrável e o espéculo desse Mito está na lenda referida de propósito no início. Mas o Mito, representado por Janus, possui duas faces, uma voltada para o Oriente, a da verdade, e a outra para o Ocidente, a da fantasia. O mito amazônico possui duas leituras e dispensamos fazê-las com base no mistério. Se referimos a lenda foi para provar a capacidade que possui o mito de ser conhecido pelo lado da verdade. Quase que esse sentido de verdade desaparece com a negligência que se teima em adotar no aferimento do conteúdo real da Amazônia. A Amazônia continua ignorada em muitos aspectos justamente porque tem dado mais valor à posição misteriosa da sua existência representada talvez pela fatalidade do seu espaço tirânico, fatalidade que a fez sempre desejada e muito pouco conhecida, sempre louvada e menos estudada. Tornou-se cada vez mais difícil libertá-la desse preconceito, apesar dos caminhos abertos pela civilização, pela máquina. O Estado do Amazonas e regiões limítrofes continuam a ser tratados como um universo à parte, um universo que deve de ser inscrito entre aqueles que só favorecem impressões negativas. Isso acontece com um Estado que passa por haver tido a primeira Universidade do Brasil e de

haver admitido, antes de qualquer outro, os sistemas de iluminação elétrica e de carris urbanos. Um Estado singularmente identificado com o Inferno de Dante.

Há uma questão a tratar seriamente e um problema a colocar: é que o brasileiro de hoje, apesar dos canais de comunicação mais avançados ainda se inscreve entre os usuários menos afetados pela realidade nacional. A culpa disso cabe de alguma sorte aos emitentes, que perseveraram em manter o foco do equipamento sensorial para a selva bruta e não para o homem que vem construindo uma civilização e uma cultura de vanguarda. E não estou descarregando o peso da culpa somente para os brasileiros de fora da Amazônia. Antes da implantação da Zona Franca de Manaus a propaganda dirigida para o Hotel Amazonas era de tal maneira aberrante que não somente o edifício do hotel emergia de entre o pesado cinturão verde, como aliciava-se a atenção do turista afirmando-se que era só deixar o hotel para estar na pista das onças. Não se informava ser Manaus uma cidade tricentenária capaz de oferecer ao turista de todas as faixas culturais condições para férias mais ou menos agradáveis, com teatros e cinemas, bibliotecas e museus, cassinos e outros derivativos à disposição. É claro que à margem daquela oferta podiam ser tentadas grandes pescarias e caçadas rentáveis, sob a condição do turista apresentar-se em opções favoráveis, o que nem sempre acontecia na realidade. A inclinação para o exagero, isto é, para a mistificação, ocorre muitas vezes por via do temperamento individual e da exigência de um discurso racional paralelo. Não estamos imaginando metáforas. Euclides da Cunha, tanto quanto Alberto Rangel, ambos da mesma extração realista e ambos servidos pelo mesmo estilo literário, legaram-nos duas legendas impressionistas, absurdas pelo conteúdo no ciológico e agradáveis para uma congêrie de sensitivistas. Para aquele a Amazônia seria a última página do Gênesis que o homem ocupou sem ser chamado, um

intruso. Para o outro é o Inferno Verde. É claro que aí andam as preocupações exteriores, pois que o homem americano já tem comprovadamente cerca de 50.000 anos de vivência, dos quais pelo menos 2.000 de Amazônia, com uma cultura que havia transitado da pedra polida para substitutos mais práticos e resistentes. Pelo que se lê do relato do padre Carvajal, o escrivão da frota de Orellana, e posteriormente do plágio do padre Acuña, escrivão da armada portuguesa de Pedro Teixeira, o índio trabalhava o barro e a madeira utilizando-se não mais da ferramenta de pedra, e sim obtida do catrafacto da tartaruga. Havia portanto a dominação de uma inteligência dirigida, inteligência que poderia ser constatada ao tempo pelo uso do vegetal e não mais da pedra; havia a noção de grupo, de família, de estado; havia a diferença social, a escravidão como base econômica, as guerras de conquista, de aquisição de mulheres a fim de refazerem o desequilíbrio numérico das tribos; havia a aplicação das mãos no artesanato utilitário e adornativo; as crenças, rituais sagrados, cantos, danças propiciatórias, escrita simbólica, templos e códigos de ética. O que traria um século depois o colonizador? Todos sabem o que implantou de bom, mas veio aprender com o índio a arte da guerra; com o índio aprendeu a cultivar a terra e durante muito tempo foi posto em prática o sistema da roça-do-comum. Do índio aprendeu a língua, a técnica de curar, de navegar as águas interiores, de fazer e beber os vinhos temulentos; de comer as carnes assadas diretamente na brasa e provar os condimentos pimentados. A troca de traços culturais permite que ajuizemos de outra maneira a fobia dos eleitos pela cultura indígena. Voltando a Alberto Rangel, nem mesmo a maioria dos amazonenses o compreendeu. Ainda nos nossos dias uma geração que se abstém de ler velharias ignora a Euclides da Cunha e a Alberto Rangel, e alude a um Inferno Verde como se se tratasse meramente de legenda dantesca. Mais tarde voltaremos a enfocar esse assunto. O que se torna necessá

rio dizer, aqui e agora, é que não somente o indígena amazense de ontem e de hoje, como o seu irmão caboco estão presentes na história e na cultura por que detêm o primado do enciclopedismo natural. Foi o índio quem fez a expansão político-cultural brasileira pois que, sem ele, sem a sua presença constante e heróica este imenso país resultaria hoje talvez um mosaico de línguas, de religiões, de hábitos e costumes diferentes. É na sua inteligência primitivista que assenta de alguma forma a nossa realidade cultural, posto que não estejamos interessados em obliterar o contributo importante do advena.

A cultura amazônica de uma maneira geral é sentida sob três aspectos bastante expressivos que, ou se apresentam uniformes na sua origem, ou expostos num conglomerado que, por sua vez, não é capaz de esconder o óbvio da sua formação. Assim a compreendemos e sentimos: cultura primitivista, associada a todas as manifestações naturais que têm o índio por disseminador e fator contínuo de portagem; cultura euro-asiática, que se pode resumir, para uma primeira abordagem sem compromisso, na influência ibérica; e a cultura mestiça, ou seja o produto racializado da interferência do branco na epiderme da cultura indígena. A cultura negra, por escassa, deve ser tomada em sentido paralelo à cultura urbana, e somente urbana. Essa associação, à primeira vista difícil de identificada em áreas de maior expansão de uma ou de outra cultura marginal, por exemplo nas grandes cidades, é todavia fácil de surpreendida através a exibição do produto mestiçado. Da primeira, isto é, da cultura indígena, existe a linguagem ainda predominando em áreas de intromissão da língua portuguesa, como nas regiões do rio Negro, alto Madeira e alto Amazonas, cujo índice populacional não nega a extração original e ainda conserva hábitos e costumes patriarcais. Não é ignorada a contribuição para a nomenclatura geográfica, a botânica, a zoologia, objetos materiais de uso constante, histórias, etc. Da assimilação portuguesa também não

se ignora a enorme porcentagem de influência, mas essa influência vai perdendo muito da sua força dominante à proporção que o mestiço de índio ascende e se apropria de uma forma de expressão que, se não incalca independência da língua mãe em que falo e escrevo, ameaça, pelo menos, interferir no cânon protegido pelos séculos filólogos. Não paga a pena ir longe nessa digressão, contudo existe atualmente maior interesse em pesquisa e divulgação dos falares regionais entre professores universitários do Amazonas. Essa terceira posição da cultura amazônica, a cultura mestiça, é, naturalmente, a que tende a vencer, porque inevitavelmente nos distanciamos cada vez mais do índio, tanto quanto nos afastamos do rigorismo da linguagem portuguesa ao aceitarmos, dia a dia, contribuições forâneas diversas e mesmo locais. Chegamos a um ponto em que se torna necessário dizer que o amazônico das metrópoles tem sob os olhos e na consciência uma teoria de valores materiais e espirituais necessários ao seu relacionamento e à sua sobrevivência. É muito difícil ao homem amazônico mesmo afastado do torrão natal desligar-se completamente do fascínio exercido pelo conjunto de unidades culturais que se universalizam em constelações de valores elegíveis. Por assim dizer a língua geral, ou o nheengatu amazônico está presente no diálogo, o objeto material está presente no lar do mestiço urbano, o subconsciente está provido de razoável estoque de informações automaticamente liberadas sob estímulos. Depois de três séculos de influência européia, a resistência da cultura primordial só perderia dos seus universais em benefício das alternativas da cultura mestiçada. Os exemplos ocorrem no tipo de habitação, na comida, na sobriedade do vestuário, na forma econômica da expressão ordinária, na dança, na música, no canto, na poesia, etc. A habitação primitiva do índio é coletiva por necessidade de apoio comum, de convivência, de relacionamento familiar, de defesa. Só possui duas portas, uma comum a todos os habitantes e a outra pri

vativa dos guerreiros. Nada de janelas, E não as possuindo, a ventilação interna pode ser captada por meio dos ventiladores praticados no alto, os quais estão providos de recursos para afugentar os morcegos, mais temíveis pela relação com os espíritos malignos do que pela voracidade, nem sempre justificada. A casa do mestiço é individual, está portanto no meio termo, relacionada deste lado com a do índio e daquele com a do branco. Já é portanto o elemento formador da rua, um ponto de referência na polis em nascimento, mas já contribui com o imposto e o dono é um nome que poderá inclusive passar a nomenclatura oficial ou popular. Se essa mestiçagem é surpreendida freqüentemente entre as populações periféricas, não será menos na quantiosa elaboração mental material e espiritual. Pelo menos duas danças estritamente amazonenses, o Jacundá e a Serafina, transitaram do sagrado para o profano, ou seja da cultura indígena para a mestiça do caboco, ou da cultura rural para a urbana. Em termos mais claros as duas danças amazonenses foram obliteradas completamente da sociedade indígena para fixarem-se primeiramente na periférica. Em 1819 o cientista bávaro Von Martius se daria conta da dança do Jacundá, publicando letra e música originais e descrição coreográfica. Letra, música e evoluções de extração indígena. Mais ou menos setenta anos depois um presidente da Província do Amazonas veria dançar o Jacundá, mas a letra e a música diferiam, fixando-se apenas as evoluções. Com a dança Serafina, uma das mais bonitas do Brasil, aconteceria talvez o mesmo, todavia que somente o estribilho em tupi amazônico resistiu, mas nem a música garantimos ser vetusta. Prevaleceria contudo a coreografia, como na dança do Jacundá.

Estes mesquinhos e desinteressantes exemplos servem para justificar o que dissemos antes: existe sempre a possibilidade de encontrar-se presente uma alternativa graciosa na formulação de um dado cultural. O índio amazônico não morreu ainda

para a paisagem cultural brasileira, e mesmo após o desaparecimento do último habitante da mata absorvida pela civilização madraça, sua cultura, mestiçada pelo império das circunstâncias, de que o progresso é responsável, viverá. Por ora ela resulta num patrimônio que se insere na preocupação dos homens como um avatar generoso e até certo limite indispensável. Nas artes, na literatura, o consumo dos traços culturais advoga a favor de uma talvez influente memória inconsciente que não somente preserva do esquecimento o fascínio da terra como exige a referência. Há casos singulares de escritores amazonenses divorciados do impressionismo da paisagem, mas esse alheamento só ocorre exteriormente. Interiormente não podem fugir às solicitações de uma rede para a sesta ou de um prato de mujanguê. Não excluem da parafernália doméstica nem a urupema nem a cuia. Não torcem o nariz ao paxicá de tartaruga nem ao tacacá. Não esquecem ser o guaraná a bebida nacional amazônica de origem sagrada e ao mesmo tempo medicinal e refrescativa, antigamente de largo consumo na Europa. Podem virar o beijo para a literatura oral indígena ou de referência em discurso literário português, mas duvido muito que se esqueçam de que menino é curumi e rio medíocre é igarapé. Podem até mesmo ignorar possuir a vitória-régia uma lenda explanatória mais ou menos agradável de ouvir-se, mas gostam de ver a planta e admirá-la no seu habitáculo. E citam-na a propósito. Mesmo aqueles que por qualquer circunstância se afastam da Amazônia, até os estrangeiros, guardam na memória a visão de um deslumbramento, ou trazem no olhar a saudade daquele verde perene. Certa feita, em Lisboa, ouvi de Ferreira de Castro alusões que me trouxeram lágrimas aos olhos: ele aludia, com uma espécie de nostalgia palatina, ao sorvete de bacuri que havia comido uma só vez no bar anexo à Bolsa Universal de Manaus. Um francês de Paris, que esteve no Amazonas apenas de passagem, me pedia insistentemente para contar as histórias do boto, do mapinguari, da caipora, ou

vidas no interior do Estado. Esses fatos, se não autorizam a acreditar numa fórmula mágica de encantamento lançada no tempo e no espaço pelos ancestrais silvícolas, permitem pelo menos supor a existência de sortilégios emanados do verde perene, a admitir a fascinação daquelas águas imensas, a aceitar que existe amor na hospitalidade do povo e humanismo cósmico no comportamento das gerações que se sucedem, independentemente de caldeamentos raciais, de diversidades de línguas, de absurdo lógico nos hábitos e costumes. Uma força generosa predispõe o homem da região a viver com o pensamento nela, a sonhar com seus inefáveis mistérios, a bendizer-lhe as fontes de inspiração e de sobrevivência. Tudo isto faz apelo ao conteúdo interno e externo da lenda recitada no início.

Falar da Amazônia Ocidental é evocar um mundo aparentemente novo de conhecimentos materiais e espirituais. De qualquer modo um mundo que pode surpreender a um visitante desprevenido, assustar a um cientista, inspirar a um poeta, sensibilizar a um músico, fornecer as próprias tintas a um pintor, transferir seus episódios dramáticos a um romancista, mas nunca ninguém será bastante competente para exaurir a Amazônia do seu conteúdo mirífico. Não porque falhe a audácia ou a inteligência para enfrentar o entrevero, mas porque falta ao homem o tempo necessário para extrair daquele mundo a oferta de si mesmo. A realidade, há muito tempo desvirginada pela atividade de cientistas exploradores, de curiosos, de sensacionalistas, e igualmente, como sempre, de exagerados mistificadores, continua a ser objeto de interesse do homem como fora há quatrocentos quarenta e quatro anos por Francisco Orellana. E todavia, como antigamente, a Amazônia continua ignorada, mas ignorada apenas daqueles que teimam em trazê-la aberrantemente emoldurada num painel vazio de conhecimentos reais. Ignorada pelos que fazem sensacionalismo na imprensa e recusam conhecê-la de perto; tratada como um vasto repositó

rio de surpresas com a finalidade única de exploração da ingenuidade do povo. Repetimos que muitas coisas oferecidas ao mundo moderno com o rótulo de novidade nada mais são que revelações caídas no caso de gerações desprovidas do generoso sentimento de vocação para o conhecimento. Considera-se a Amazônia um universo diferente, pelo fato de que somente a sua natureza exuberante convoca a admiração do homem moderno, seja ele brasileiro ou não. Certo crítico literário estrangeiro dissera existir muita gente que só olha o bosque, não vê a árvore. É o que acontece com a Amazônia, não se leva em consideração o Homem, fator de engrandecimento daquele continente e gerador consciente de uma cultura que, se sofre, como é da praxe, influências forâneas, não obliterou dessa cultura as raízes puramente nacionais. A Amazônia continua sendo o grande reservatório, muitas vezes sentimental, mas lógico, de uma presumida infância cultural brasileira. É lá que estão ainda as raízes do Brasil. E se, há pouco tempo, uma expedição Cousteau nada mais fez que repetir, sem originalidade, o que dezenas de outras expedições o fizeram antes, é cabível aqui demonstrar que a vivência do naturalista brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira na Amazônia ocidental foi mais proveitosa, mais científica, mais rica de descobrimentos e revelações, porque, a par do cometimento nas áreas da botânica e da zoologia, ele elegou o homem natural e o mestiço como fautor de uma cultura evidentemente nacional, uma vez que os homens de pensamento fixados no litoral brasileiro estavam perdendo, como já perderam, o contato diuturno com essas raízes. Isso acontecia no século XVIII, quando a antropologia cultural engatinhava. Mas no século XIX a impressionante figura do botânico fluminense João Barbosa Rodrigues retomava a trilha aberta pelo naturalista baiano a serviço de Portugal, e olharia, vamos rephrasear, a Amazônia ocidental por dentro, isto é, sentindo-a ao mesmo tempo na vitalidade da natureza e na presença cultural do homem. Se

ria fora de propósito cometermos o abuso de nomear outros exemplos, mas o geólogo Hartt não se vexaria de largar de mão seus pedregulhos para deixar-se seduzir pela capacidade de comunicação do amazoníndio. Ora, a Amazônia foi e continua sendo a região mais visitada do Brasil pelo homem interessado no descobrimento e revelação de novas fontes de conhecimento. É incrível a quantidade de obras nacionais e estrangeiras produzidas a partir de 1541, após a revelação do continente interior pelo espanhol Francisco Orellana. Calculadamente vinte mil volumes jazem nas bibliotecas guardando as mais curiosas revelações e até segredos descobertos tardiamente pelo brasileiro, e que não seriam da ignorância de certos governos empenhados em conservar retidas as nossas reservas, riquezas do tipo carvão, petróleo, cassiterita, caulim, ouro, etc. Mas com relação ao homem amazônico, ao indígena silvícola ou mestiço, o verdadeiro sentimento de piedoso respeito andava mais no temperamento romântico de poetas e filósofos do que na capacidade de verificação e exame de naturalistas ou de cientistas sociais. O homem nu era uma afronta aos olhos de Deus. Trataram-no de vestir com a hipocrisia da roupa e o pesadelo da religião. Por isso os cronistas de várias épocas, que desejavam expor o homem nu na sua religião, nos seus hábitos e costumes, na suas leis, sofriam o vexame da impugnação do índice. Um padre João Daniel, com toda a sua desfaçatez não conseguiu libertar-se dos prejuízos que a intolerância colonialista alimentava. Decorridos mais de cem anos ministros estrangeiros muito ciosos, pretendiam arrastar os pagãos aos pés de Deus proibindo-lhes cultivarem suas ricas tradições. Mataram a cultura indígena no que ela possuía de mais belo: as danças propiciatórias, as lendas, os mitos. Transformaram o herói civilizador Iurupari num sinistro demônio e o pior é que antropólogos de relativa competência se sujeitam a tais absurdos. Mas aqui, em contrapartida, cabe um pronunciamento pessoal: foi decididamente muito be

la a filosofia do homem natural defendida por Mar-
montel, Rousseau ou Ronsard. Mas seria, do ponto
de vista da realidade fria, antropológica, necessa-
riamente estimulante e obrigatoriamente correta? Di-
gamos não, com a obrigação de justificar. Não foi
realmente o colonizador que fez o silvícola mau, vin-
gativo, dissimulado. O homem índio é fruto amadure-
cido e experimentado do seu meio-ambiente. A hosti-
lidade contra ele não parte da selva bruta que co-
nhece, domina e utiliza. Vem do seu próximo vizi-
nho que fala língua diferente da sua e cujos hábitos
e costumes às vezes diferem em boa cópia. A fronte-
ira lingüística cria de imediato o sentimento de ex-
clusividade, a prevenção instintiva, o prolegômeno
da rivalidade. Cortar a cabeça ao inimigo não cons-
titui apenas ato de bravura, pode ser igualmente ne-
cessidade ritual, satisfação à memória dos ance-
strais. O macho é educado para a guerra, é acostuma-
do desde cedo a saber quem são seus inimigos certos
ou prováveis, inclusive o branco. Nada disso com-
preenderam os cronistas de certa época e a nada dis-
so se reportaram as páginas antigas, aludindo ape-
nas a uma brutal e inhumana tendência ofensiva à
dignidade cristã. Trataram por isso mesmo de aca-
bar com as tradições vetustas, supondo que por essa
via salvavam o pobre índio da calamidade do paganis-
mo. Todas essas questões mais ou menos absurdas
não podiam ser tratadas em tom realista, por isso
o homem da região só muito tarde foi contemplado
com estudos mais sérios, enquanto se dava mais aten-
ção e valor ao que a natureza podia oferecer em ter-
mos de flora e fauna.

Não seria consequentemente o homem amazôni-
co muito visitado pelo interesse especulativo, de
passo que a natureza exuberante fascinou até hoje
como atrativo maior, sedutora e forte, eliminando
seu conjunto de unidade cultural, precisamente a
unidade cultural mais digna de merecer não o culto
humanista sentimental de um Rousseau, mas a digni-
dade reconduzida de um Curt Nimuendaju, de Nunes

Pereira, de Käck-Grunberg e outros.

Eu gostaria de merecer a atenção dos generosos ouvidos para um fato que pode servir de termômetro na regulação dessa capacidade de avaliar o caráter do homem natural, e que não sendo um exemplo amazônico, melhor se adapta ao que estamos pretendendo justificar. Desviando um pouco o eixo do nosso propósito alusivo, vamos buscar a personalidade do índio Peri, de José de Alencar, justamente por ser um arquétipo romântico e estar mais próximo de uma grande maioria de leitores não antropólogos nem sociólogos. Para a mentalidade de certa gente divorciada de tudo quanto cheira a índio (e dizem que ele até cheira mal) e que índio deveria ser eliminado em benefício do progresso, o brasileiro da mata não possui caráter, não porta dignidade, não sabe o que seja amor, piedade, hospitalidade, outras virtudes de que o civilizado raramente se lembra quando em contato com seu semelhante. Portanto o índio Peri de José de Alencar não passaria na opinião dos filisteus de ornamento romântico, um cavalheiro sofisticado, talhado de encomenda e sob medida. Esquecem-se todavia de que o índio Peri era aculturado, vivendo na órbita de um núcleo civilizado. Críticos que só viram índios nas escolas-de-samba ajuizam mal de um ser capaz dos maiores gestos de responsabilidade moral. A culpa talvez esteja nas páginas erradas da nossa história do Brasil, na formação primária e secundária dos jovens patrícios, prejuízos que se estendem às universidades, quando a vocação não chega às ciências sociais. Esta observação se estende igualmente à formação universitária dos meus conterrâneos. Apesar de havermos tido no Amazonas a primeira Universidade do Brasil, ainda hoje não existe um curso de Antropologia, como não existiam até pouco tempo cursos de História e de Geografia. Essa falha naturalmente acumulada ano após ano impediria a formação daqueles elementos que poderiam levantar o quadro geral da participação do nosso indígena na cultura nacional. Acres

ce o fato de que geralmente as ciências sociais no Brasil só possuem abnegados, vocações peregrinas, não oferecem o rendimento que a medicina ou o direito trazem ao jovem. Entretanto eu acredito seja isto um erro, pois tanto o médico como o advogado podem ser ótimos intérpretes da cultura indígena, como se provam com os trabalhos do cientista Von Martius, que parece haver sido o pioneiro nessa preocupação, muito embora o padre João Daniel ou o padre Figueira houvessem tratado da farmacopéia indígena, de raspão.

Todo o cabedal negativo de fatos ao nosso juízo incongruentes, que citamos, em prejuízo de uma perfeita compreensão do fenômeno Amazônia, resulta sempre mal entendido. O vulgar é atribuir-se ao homem a ferocidade da selva e à selva todas as manigâncias que os seus gênios maus produzem. Tornou-se isso o lugar comum dos juízos apressados. E não serão as reportagens de cunho meramente transitório e epidérmico que realizarão o milagre da revelação do continente verde. E isto porque, peza-nos dizê-lo, há muita falsidade, muita pressa, muita leviandade em sacar conclusões do fenômeno amazônico, fenômeno que começa por eliminar do quadro de especulações ao homem como fator geográfico e histórico. É para esse homem que eu peço vênias para dirigir-me. Esta conversa informal entre correligionários tem dois propósitos indisfarçáveis: promover a cultura indígena e reivindicar para a nossa terra natal alguns privilégios, sem prejuízo de eventuais contraditas. Começaríamos por aquele esforço extraordinário, desenvolvido por algumas pessoas, de abordagens aos temas exclusivamente amazônicos que envolvem a cultura no seu aspecto geral. Parece muito fácil, à primeira vista, compor e publicar um livro que trate, por exemplo, de mitos e lendas, cantos e bailados. Não me aplico a discutir o valor de certas obras que versam o aspecto material da cultura regional porque isso evidentemente é mais fácil de ser enfrentado do que o aspecto espiritual.

O que é bom de ver com os olhos e de ser compreendido, não é idêntico ao que se torna difícil entender com o espírito. O autor desprovido de ferramenta antropológica seria incapaz de sair-se bem diante de uma lenda ou para explicar racionalmente a função na taba de um banquinho monóxilo com aspecto de animal. São coisas que dependem da fruição do conhecimento e não da adivinhação improvisada. E no entanto é o que mais se vê no Brasil de hoje, meritórios antologistas contribuindo para que a massa se aproveite das lendas indígenas. Nessas obras seus autores auspiciam apenas lembrar que houve um tempo em que homens nus se davam ao luxo de elaborar absurdos. Não se encontram nas páginas as notas elucidativas, as observações de cunho científico. Para eles autores o que conta é apenas o episódio. Acham que mitos e lendas são produtos estéticos, e apenas estéticos, sem nenhuma outra função. Estão tão distantes da verdade como o senhor Cousteau dos exploradores que o antecederam com mais brilhantismo porque não dispunham de elementos avançados de conquista. O francês Paul Marcoy percorrendo a Amazônia há um século fez muito mais viajando de canoa e enfrentado condições adversas do que o senhor Cousteau muito bem instalado num barco a motor e servido de ar condicionado e frigorífico além de outras comodidades. Somente agora se advertem os entendidos da existência do pico da Neblina, no entanto ele sempre foi conhecido e visitado pelos indígenas da região. Não me cabe a mim o trabalho inútil de apontar nomes e obras, porque achamos que dos males o menor. E em certo sentido os autores daquelas obras prestam uma homenagem ingênua ao gênio elaborador. Não prestam benefícios à coletividade pensante, mas são tolerados justamente porque encaminham, a seu juízo, uma resposta bem mais gratificante do que a perigosa negligência daqueles que se recusam aceitar o desafio do estritamente científico. Não culpamos a esses repetidores que imitam ao general Couto de Magalhães, são menos ino

fensivos do que a política nacional de defesa do índio e do patrimônio cultural indígena. Pelo menos possuem a vantagem de não serem responsáveis perante a nação, política e culturalmente, pela desvirtude de esmagamento do nosso passado histórico. Mas quando um antropólogo, geógrafo, historiador, etnógrafo, sociólogo, emite juízo falso, por qualquer circunstância, alheia ou não à sua vontade, é justo que se tenha a coragem de encarar esse erro como nocivo. Ora, isso acontece. Daí haver incursionistas despreparados para a leitura da problemática amazônica do que geniais diagnosticadores da sua enfermidade orgânica que seria então a carência de interesse da União para uma região que ainda reclama não o paternalismo, mas o direito de coexistir. A negligência não é nova, é uma herança funesta do colonialismo que se deseja desculpar, pois só começamos a ser realmente admitidos como ucharia de Portugal quando as tropas de resgate caçavam índios na Amazônia para escravos. É uma longa história de sofrimentos e de heroísmos, malmente referida nos compêndios escolares, estranhamente ignorada dos historiadores modernos. A quantidade de índios tirados da Amazônia para operações de guerra e econômicas, e conduzida para o Nordeste brasileiro ou introduzida nas naus comerciais da África e da Índia, somada à outra quantidade dos que morreram nas chamadas guerras justas e de exaustão nas propriedades do governo e particulares, é tão grance que somaria milhares de indivíduos. Principalmente da região do rio Negro, onde os portugueses primeiramente marcaram presença e fixaram um tipo de cultura assimilada em parte. Dizemos em parte porque depois das famosas represálias indígenas contra os conquistadores e após a expulsão dos jesuítas, todas as cidades do rio Negro entraram em decadência, nada restando, por exemplo, do fausto que envolveu Barcelos. A vulgarização desses eventos não se faz comumente no Brasil por dois motivos, ou razões de peso: respeito a uma herança lusa que se desejou chamar lusotropi

calismo e respeito a uma religião que se diz humanista mas converte a cultura indígena em mercado de produção dirigida onde o que menos importa é justamente o sabor da originalidade. O artesanato indígena do rio Negro é hoje mais uma obra de misericórdia da religião do que a produção autêntica do artesanato selvagem. Seria um ato de conivência de nossa parte aceitarmos essa misericórdia! ajuda que não importa sequer em contribuição à sobrevivência ordinária do índio, mas particularmente em acréscimo do patrimônio financeiro das Missões, seja dito sem nenhum propósito conflitivo. Esse artesanato nem reflete a cultura do indígena missionado nem a do mestiço urbanizado, e não reflete porque é dirigido, isto é, orientado no sentido da propaganda fide. Cito um exemplo de como a religião pretende moralizar o pensamento indígena, tirando-lhe o essencial do seu pensamento. Quando realizei uma pesquisa de campo sobre o artesanato do guaraná, deparei-me com a preocupação de uma artesã em não mais fabricar figuras de macaquinhos nus com os órgãos genitais à mostra porque a igreja achava ser aquilo imoral, uma forma de perversão desagradável aos olhos do bom Deus.

Prossigamos no nosso primitivo intento: durante mais de um século a Amazônia ocidental não soube o que fosse a escola oficial, não viu o livro importado, não soube o que fosse a imprensa, o jornal, a notícia, a comunicação. A partir de 1669 a aldeia de índios da foz do rio Tarumã, cerca de Manaus, assiste a implantação do núcleo civilizador com a ereção do forte, mais tarde da igreja. É possível que a pequena biblioteca mantida pelos sacerdotes servisse aos catecúmenos? Não. E além do mais Portugal proibia a entrada de livros, inclusive publicações do tipo estórias de Trancoso. É nesse regime de falência dos órgãos disseminadores da cultura que a região alcança o século XIX já visitada por cientistas de renome: La Condamine, Von Martius, Von Spix, Söruce, etc. É nesse princípio do

século que o rei dom João VI proíbe a entrada de Alexandre von Humboldt na Amazônia, alegando espionagem. É também por esse período que a borracha entra no ciclo econômico das chamadas drogas-do-sertão que enriqueciam Portugal e empobreciam demograficamente a colônia. Em 1850 o Amazonas torna-se Província independente da do Pará. É somente com esse passo decisivo que adquire condições político-administrativas-econômicas para cuidar de si próprio, refazer-se da longa teoria de esquecimento em que se arrastou. É curioso que na passagem do século XVIII para o XIX surjam as primeiras manifestações de caráter literário, isto é: o poema indianista A MURADA, de João Wilkens, e os poemas e teatro clássicos de Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, sendo este o único poeta amazonense que frequenta por milagre as nossas tão pouco brilhantes histórias da literatura brasileira. Note-se ser este indianismo anterior ao período do Romantismo brasileiro de "escola", isto é, embutido em pleno Classicismo. Não foram estes somente os amazonenses que se destacaram pela cultura, mas a carência do jornal como veículo de comunicação permitia o estiolamento de vocações, embora se possa acenar no início do século com uma sociedade literária denominada Crisálida Literária, que deveria forçosamente reunir uma plêiade de bem sucedidos cultivadores das musas. Esta nossa opinião é baseada nos célebres pasquins colgados às portas dos edifícios principais, por onde o povo sabia de novidades trazidas do Pará, inclusive sobre política. E se é bem verdade que a notícia da independência do Brasil só chegou a Manaus depois de um ano, é também verdade que as notícias da Europa chegavam com maior frequência e mais rápidas. Só depois de 1850 aparece o jornal Cinco de Setembro, cujo nome é mudado para Estrela do Amazonas. E aparece igualmente a Biblioteca Pública, cujo catálogo sobreviveu impresso e onde aparecem as maiores obras editadas àquela altura, inclusive de filosofia, moral, romances, poe

sias, contos, história, geografia, religião, em língua portuguesa, francesa, inglesa, italiana, etc. A instalação do Liceu Provincial vai dar continuidade à sementeira iniciada pelo Seminário episcopal. As escolas públicas são criadas em toda a Província, mas as escolinhas particulares proliferavam. Um exemplo de como certos casos de pioneirismo abundam na extrema região amazônica é o da escola de ofícios para rapazes. É lá no Amazonas que está a raiz das modernas Escolas Técnicas Federais. O regulamento do ensino, preparado pelo presidente da Província João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, em 1852, é de uma atualidade impressionante. É desse regulamento que sai o Instituto de Educandos Artífices, desativado pouco antes do nosso século, forja de onde saíram nomes credenciados na cultura amazonense e que tiveram projeção nacional. Para não irmos longe Torquato e Estelita Tapajós, o primeiro poeta hugoano e engenheiro autor do projeto de captação da água do mar para o Rio de Janeiro. Estelita dedicou-se à filosofia e vem constantemente combatido pelos adversários do racionalismo. Outro nome de projeção internacional foi o barão de Santa-Ana Nery, autor de várias obras muito requisitadas, inclusive de um Folclore Brasileiro. Mas sua obra maior é O País das Amazonas, traduzido em várias línguas. Viveu nababescamente em Paris como uma espécie de representante da região, na convivência de grandes homens como Victor Hugo. O médico Chapot-Prevost, nascido na pequena vila de Borba, no rio da Madeira, professor da Universidade do Rio de Janeiro e dos primeiros a separar com habilidade duas irmãs nascidas conjuntas.

Mas seria o período áureo da borracha o responsável pela maior atividade cultural da região amazônica. Não bato palmas a essa prodigiosa aceleração que prejudicou em parte a forma racional de progresso. De repente a região amazônica se viu obrigada a aceitar o que a demanda européia oferecia em termos de riqueza fácil: o bom e o ruim. Se

creceram, quase da noite para o dia, as fontes de mandistas, possibilitando a implantação de comodidades e de utilidades em voga, a par do desperdício, em contrapartida a terra e o homem da terra, sacrificados, se elegeram em mártires dessa fantástica corrida econômica que foi esbarrar na miséria, na fome, no latrocínio, no incêndio, na depravação, no estelionato, no naufrágio, no suicídio, no exôdo. A imagem desse holocausto está configurada no livro de Alberto Rangel - Inferno Verde. O livro inteiro já é uma sinopse da desgraçada capacidade de sofrer da região. Mas é num capítulo desse livro de ficção humana que se revela o sacrifício mortal da Amazônia, na figura da índia imolada, presa ao tronco da árvore da riqueza, a carne crivada de cadilhos a receberem o sangue. Pois bem: Inferno Verde ainda não foi compreendido. Ele não é a maldição da terra; não é o veneno dos charcos; não é a ferocidade do índio; não é a hostilidade da selva; nem as garras das feras. Inferno Verde é o símbolo da maldade do homem transportado para lá. Do homem que fez da terra um inferno, o inferno da competição, o inferno da depredação, o inferno da destruição das suas fontes de riqueza e nem sempre da exploração racional. A intenção primeira do escritor que lá enriqueceu foi estigmatizar e não condenar a terra. Isso não procuram compreender esses pobres manejadores da pena que nunca foram à Amazônia ou que nunca abriram um livro para instruir-se.

Para a Amazônia ingênua e não poluída foram milhares de maltrapilhos de todas as latitudes da terra, não escapando à ronda processional nem russos, chineses, norte-americanos, tirolezes, italianos, espanhóis, franceses, fora os maus e bons elementos da própria América do Sul. Constituí um grave erro de apreciação histórica dizer que a Amazônia foi repovoada por nordestinos, pois muito antes deles lá chegarem já havia colonos chineses trabalhando nas obras públicas ou cultivando seus próprios méritos de lavandeiros, cozinheiros, já não se prestavam ao

cultivo da terra. E com eles russos e norte-americanos, peruanos e bolivianos, espanhóis e franceses. Em menos de vinte anos os ricos seringais do rio Purus estavam arrasados e os do rio Juruá ameaçados. Antes da debacle as árvores da seringa eram simplesmente desmontadas, isto é, deitadas à terra a fim de que o látex fluísse abundantemente. Ainda nos nossos dias se procede assim com o caucho. A riqueza entrada de sopetão possibilitou, não há dúvida, a aquisição do esplendor efêmero que se pode ver na estrutura do Teatro Amazonas, no Palácio da Justiça, nas pontes metálicas, nos edifícios pré-fabricados, nos monumentos de bronze e de mármore italianos caríssimos, nos tijolos de asfalto frio que antecederam a qualquer outro do Brasil, no original e único porto de desembarque que o vandalismo autoritário desmontou, na urbanização dos bairros antigos, nas usinas de luz elétrica, na implantação do tráfego urbano de bondes a eletricidade, no conhecimento do fonógrafo que antecedeu ao gramofone e à vitrola, no uso do telefone, na abundância da água encanada e de centenas de outros melhoramentos que fizeram de Manaus uma das mais suntuosas cidades das Américas. Basta significar que muito antes do Lóide Brasileiro inaugurar viagens para o extremo amazônico, a Amazônia estava em correspondência com a Europa e a América do Norte, de onde procedia o fausto em troca do suor e sangue dos seringueiros. Foi esse fausto que criou paralelamente uma literatura e uma arte. O viajante francês Henry Coudreau informava que a sociedade amazonense se comunicava em francês. Isto era possível porque havia já colégios franceses em Manaus que ensinavam a moças e rapazes as regras da boa conduta, a dança, a conversação, a linguagem. Manaus possuía à época jornais em francês, inglês, alemão, italiano, espanhol e árabe. Desses jornais existem exemplares perfeitos na hemeroteca do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas. Havia leitores porque principalmente a colônia sírio-libanesa crescia de maneira muito democrática, fun

dindo-se maritalmente com a população local. O primeiro jornalista amazonense formado pela Sorbone era de extração levantina. Foi a quando desse esplendor mirífico que se fundou em Manaus a Sociedade dos Homens de Imprensa, salientando-se que se não foi a primeira a constituir-se legalmente no Brasil, deve de haver sido das únicas existentes. Isto porque o número de escribas aumentaria na proporção do número de jornais editados na capital e nas cidades do interior do Estado. É extraordinário isto, porque nos nossos dias, com a televisão a cores espalhadas pelo interior do Amazonas, ninguém se dá conta da necessidade de jornais e revistas, que não existem a não ser em Manaus. Nas esquinas, nos cafés chiques, nos salões aristocráticos discutia-se com a mesma segurança as oscilações do câmbio e o mérito das cantoras de ópera. Quase diariamente a Assembléia Provincial Amazonense recebia propostas de cidadãos nacionais e estrangeiros para isso e aquilo, novidades que vinham diretamente da Europa, de cambulhada com os canastrões e mistificadores da espécie do engenheiro Alexandre Haag, que ninguém nunca soube de que nacionalidade era. Revistas de moda, de teatro, de finanças, de libertinagem circulavam mensal ou semanalmente a par dos pasquins factos. O essencial era a libra esterlina, muito embora o fatídico dolar já circulasse com o epíteto de bacamarte. Livros de autores amazonense eram preferentemente editados em Paris e Roma e os jazigos vinham da Itália até que a casa Veronese se instalasse em Manaus para disputar com o grande escultor Garcibalupe. Os jovens eram mandados para as Universidades de Londres, Paris, Bélgica. Vestia-se por Paris, amava-se por Paris, bebia-se por Paris. As moças iriam para os melhores colégios da Suíça e da França, somente. Voltavam capacitadas à formação do lar, bem instruídas, tocando piano ou harpa, sabendo falar e redigir em francês, inglês e alemão, mas pelo menos em francês. Uma dessas últimas criaturas foi a brilhante intérprete e professora de mú

sica, além de poetisa, Ilcía Cardoso. Os grandes hotéis hoje em decadência hospedaram condes e ru fiões e em alguns deles se registaram Coelho Neto, Nilo Peçanha, Conde d'EU, Sousândrade, como também nas pensões modestas estiveram Euclides da Cunha, Floriano Peixoto, José do Patrocínio, Viriato Cor rea, José Américo d'Almeida, Francisco Mangabeira, barão de Tefé, Quintino Cunha, Gonçalves Dias, Fran cisco Pacheco, Barreto de Meneses e centenas de fi guras nacionais de relevo. Para a Amazônia estavam voltados os pensamentos de homens ilustres que não a viram de perto ou se a viram foi tardiamente: Co nan Doyle, Júlio Verne, Edgar Pöe. Manaus transfor mou-se em pouco menos de cem anos na metrópole da cultura, rivalizando com Belém do Pará. Tornava-se necessário vê-la, senti-la, de perto ou de longe. Para ela acorriam todos quantos esperavam obter usu frutos materiais e espirituais. Os primeiros cine mas Hervert e Lumiere ou similares estavam lá edifi cando o povo com aspectos da guerra russo-japonesa ou a vitoriosa ascensão de Santos-Dumont em Paris. As vitrines de nomes franceses faiscavam de jóias, as carruagens faziam o curso na avenida de Eduardo Ribeiro, os teatros, principalmente o oficial, cha mado pomposamente Casa da Ópera, requintava com a presença de grandes nomes, mas devemos desmentir as presenças de Caruso e de Pawlowa. Os nababos monta vam cavalos árabes importados e as moças ricas ou de mediano trato mandavam fazer vestidos em Paris, pos to que houvessem grandes ateliers de costura de pro priedade de francesas. Restaurantes franceses, al faiatarias inglesas, clubes chiques, divertimentos sadios eram proporcionados a qualquer gosto, embora houvesse quem mandasse lavar a roupa branca, o céle bre linho HJ em Lisboa ou Londres. Para lá os in gleses levaram o futebol e as corridas de cavalos; belgas instalaram o velódromo; alemães o boliche e a regata. Respirava-se uma atmosfera de alta cultu ra, dominando principalmente na arquitetura, depois do sobradão pombalino de azulejos o estilo "belá

época". Os dois maiores jardins da cidade, chama-
dos passeio público, foram desenhados e construídos
pelo jardineiro-botânico francês Paulard, no bom es-
tilo Versailles. Fontes luminosas foram adquiridas
na Inglaterra, mas os quiosques de ferro e as esta-
tuetas, inclusive os dois zuavos da porta do Quar-
tel de Polícia são de fabricação francesa. No meio
de todo esse esplendor caríssimo havia a emulação
criminosa, a gana de enriquecer depressa, a fuga
após os desfalques, o crime vulgar, o latrocínio.
E não era por mera necessidade, mas para sustentar
um padrão de vida condicionado. Nobres de falsa as-
cendência caçavam donzelas bem dotadas, principal-
mente as filhas de seringalistas, e até sacerdotes
abandonavam a roupeta, todos com os olhos firmados
no ganho ilícito. Foi durante esses anos de fácil
ganha-pão que a Amazônia encheu-se de nomes estra-
nhos, uns fugidos da Europa e trazendo os bolsos va-
zios, outros portando inteligência e vontade de apli-
cá-la, resultando em benefícios gerais. A nossa Pi-
nacoteca pode dizer do número desses artistas na
cionais e estrangeiros, no número dos quais figu-
ram o português Barradas, Aurélio de Figueiredo, a
inglesa Worms, e muitos artistas italianos, entre os
quais Domenico de Angelis, Artur Luccionai. Frei
Iluminato Coppi exornou a igreja de São Sebastião.
Em 1860 já havia fotógrafo em Manaus e a grande fir-
ma do Rio de Janeiro, Leuzinger, mandava retratar
aspectos da Amazônia, inclusive retratos de índios
nos seus ambientes naturais. O esplendor de uma no-
va etapa que de 1870 a 1909 está contido nos três
volumes da nossa obra sobre o Teatro Amazonas. Ape-
nas uma etapa, porque o fastígio cultural é coinci-
dente, como já opinamos, ao ciclo econômico das dro-
gas-do-sertão, posto que, de certo modo, a documen-
tação apareça minguada na razão da carência de veí-
culos difundidores como sejam o jornal e mais logo
o livro. O primeiro romance que se edita em Ma-
naus é A fragata Diana, do barão de Tefé, na década
de sessenta. Mas não se deve esquecer o fato de que

o excelso poeta Gonçalves Dias foi ver índio na região do rio Negro e lá deveria tomar as notas para sua obra indigenista. Devemos lembrar que Sousa Andrade desembarcou em Manaus à altura de 1870 e dessa visita restam referências no seu pioneiríssimo modernismo literário. Viriato Correa se fez em Manaus como jornalista a serviço do governo e funcionário da Prefeitura Municipal. Três maranhenses que honram a cultura nacional, mas não são os únicos, porque o poeta simbolista Maranhão Sobrinho viveu lá e lá está sepultado.

Não pretendo cansar os ouvidos com uma parada de títulos evocativos. Se houve os que tomaram a Amazônia por mãe adotiva, houve igualmente, e em grande número, os filhos de filhos da terra que cultivaram a ciência, a literatura, a música, a arte dramática, a pintura, o jornalismo. Não esqueçamos os nomes de Santiago e de Garibaldi, amazonenses natos, aqui radicados e falecidos, eméritos pintores. E na música, internacionalmente conhecido, a figura de Claudio Santoro, ainda atuante, de quem me honro haver sido condiscípulo no Colégio Salesiano de Manaus. Se realmente houve aquela corrida para o ouro-negro, que embrulhou no mesmo conspícuo interesse humano a gênios e pigmeus, é fato haver a região amazônica exportado cultura de primeira água, infelizmente muito pouco conhecido esse aspecto, até dos próprios amazonenses pouco inclinados à pesquisa. Por exemplo, o grande maestro Adelelmo do Nascimento era de lá e morreu em Paris. Era de lá o jornalista e romancista Ramaiana de Chevalier, transferido para o Rio, onde faleceu. Mas esses citados nominalmente são apenas o veículo da projeção cultural local. O que importa mesmo não são apenas os nomes e sim o conteúdo de uma cultura maravilhosa que não morreu, que está viva e expressa um sentimento profundamente nacionalista. Expressa, em última análise, a razão de sermos nós filhos da América e ambicionarmos a continuidade desse orgulho que não é chauvinista nem ufanista, mas simplesmente humanista. E

foi justamente esse humanismo instaurado na cultura primitivista, quer na linha do verossímil, quer na do absurdo, que cativou e emocionou a quantos per_lustraram a Amazônia em busca do original, do belo, do extasiante, do primitivo. Essa busca, de resul_tados sempre proveitosos para a coletividade, pode_mos encontrar em Mário de Andrade e na sua rapsódia Macunaíma, porque tanto a personagem central como o gênero rapsódia são de extração amazônicas. O mesmo já não podemos dizer de Raul Bopp, por mais que se queira amazonificar seu poema, que de amazônico só possui mesmo a referência epidérmica. O poema indígena não somente não possui rima (é claro), como não possui igualmente a linguagem direta convencional, estabelecendo-se para ele o mesmo critério que para a lenda ou o mito. E como estes são intem_porais e absurdos no tempo e no espaço, segue-se que o achado de Mário de Andrade e de seus seguidores argumentam a favor da cultura amazônica. Inclusive para o ucronismo fabulístico do modernismo francês a lição da poesia primitivista sugere um pioneirismo de milênios talvez. Mas em 1917 um poeta caligramista estampava no jornal de Manaus O Tempo, um poema à imitação de Apollinaire e dali por diante não seriam poucos os que seriam seduzidos pela modernidade em que se fazia maior o poeta indigenista Francisco Pereira. Não estamos pretendendo reivindicar para o Amazonas o privilégio da difusão da tendência literária, o fato pode haver acontecido em outras partes do Brasil simultaneamente, mas é justo que se diga haver muito de impressionante no fato de que a elaboração mental indígena ande superando de séculos a qualquer intervenção moderna no romance, no canto e na poesia. O que é bom de referir é que seria lá o laboratório elegido para as experiências do consagrado autor de Macunaíma, laboratório que já havia tornado famosos a Inglês de Sousa no Naturalismo, a Francisco Gomes de Amorim no Indianismo Romântico, a Raul Pompéia, Aurélio Pinheiro, Gastão Cruls, Quintino Cunha, Viana Moog, Humberto

de Campos, mesmo até o Olavo Bilac que se nunca lá esteve com pavor do exílio a que fora condenado pelo marechal de ferro, usou de motivos amazônicos, inspirou-se em lendas e mitos amazônicos, de mesmo que Edgar Pöe com o El Dorado.

Não estamos realizando uma reportagem com vistas a nomes vivos, mas agrada-me referir, uma vez que citamos a rapsódia Macunaíma, o nome da pintora amazonense Rita Loureiro, atualmente famosa pelas suas criações conscientemente adaptadas à expressão legítima do pensamento selvagem, captando, numa linguagem pictiva, o pré-lógico que existe em toda elaboração mental do índio amazonense. Rita Loureiro ilustrou a edição recente de Macunaíma e o fez, para empregarmos uma linguagem popular penetrante, com a garra e o sentimento de uma legítima herdeira da herança sentimental dos grandes artistas da selva. Suas exposições em Londres, Paris, Berlim, na América do Norte, em São Paulo, obtiveram a justa e competente sanção crítica dos entendidos.

Desobrigar-se da tarefa de recompor os quadros históricos da participação da Amazônia na cultura nacional e quiçá internacional é cometimento que venho tentando pelo menos em três obras já publicadas em Manaus: Fatos da Literatura Amazonense, História da Cultura Amazonense e Fases da Literatura Amazonense. Só assim, com essa particularização, seria possível abranger, por etapas cronológicas, a vasta contribuição daquele mundo orgiástico cujos quadros sublimes ou trágicos, álacres ou melancólicos, não cabem na experiência fugaz de um Jacques Cousteau nem muito menos nas ingênuas reportagens coloridas de revistas. Pois, na década de vinte o cineasta Silvino Santos produziria dois filmes longametragem que despertaram o interesse e a curiosidade de no mundo inteiro: No rastro do El Dorado e No país das Amazonas, filmes documentais em preto-branco, além de esquetes que antecederam ao tipo fox-jornal. Anteriormente havia sido feito outro filme - Ouro branco, e cuja perda constitui ainda hoje um misté

rio. Possuímos nós o roteiro que foi publicado. O filme havia sido custeado pelo seringalista Asensi, um espanhol erudito que acabou quase na miséria, do no de livraria muito frequentada, em Manaus. Para confronto com a badalada excursão Cousteau de pense-se nos quinze anos que levou o cientista Bates no Amazonas; nos cinco que durou a expedição Agassis; na eternidade que não bastaria ao antropólogo Köch-Grünberg; nos decênios de moradia de Henry Coudreau; na vivência diuturna de Raimundo Morais; nas visitas contínuas de Curt Nimuendaju; na passagem demorada de Alfred Wallace, passagem que de qualquer forma assinala o aparecimento das doutrinas científicas de Darwin. E pretende-se mostrar a Amazônia nesta simples palestra para a qual me faltou o auxílio imprescindível de minha biblioteca e de notas avulsas. O grandioso daquilo tudo sufoca a minha própria expressão.

Senhores ouvintes, não é na cidade de Manaus que se vai abrir o cartapácio do mistério e de letrear conflitos inter-culturais. Manaus é hoje uma cidade hostil, uma cidade que se afasta visivelmente da bucólica quietude das noites enluaradas, do verde novo dos quintais povoados de fruteiras e de flores; das rócintas, dos balconados coloniais, do paralelepípedo de Lisboa, dos sobradões pombalinos, das esquinas de muitas portas, das comidas e bebidas regionais, porque a Zona Franca adquiriu a sensibilidade do mito aurígeno de Midas. Está acontecendo agora no meu rincão natal a mesma coisa que aconteceu no período áureo da borracha: o êxodo tumultuoso do exterior para o centro de exploração do comércio fácil de onde os enriquecidos, nacionais e estrangeiros, se mudam e vão capitalizar fortunas em outras partes. Mas inversamente, enquanto naquele passado o povo evadia-se para os seringais, no presente o êxodo rural ameaça transformar o interior do Amazonas em deserto ecumênico. Esse conflito de interesses materiais gera o que gerou no passado o látex convertido em libras esterlinas: uma

atividade cultural que às vezes se torna coincidentemente improvisada e despida da componente substancial positiva. Há um sentido de pressa em tudo, uma pressa vinculada ao desassossego econômico. Pressa que se observa numa poesia desarticulada, numa ficção baratizada pela carência de conhecimento da técnica e dos temas essenciais; em obras que desagravam pela falsidade e pela omissão, sem o básico da pesquisa e da reflexão, meros produtos de fanfaria, como se diz popularmente "feitos nas coxas". O perigo dessa inflação de valores culturais começa ostensivamente pela cidade mesma como foco de atração: já não se pode saborear com frequência a docura das frutas regionais, dos refrescos e sorvetes da terra. É tudo importado, é tudo produto de multinacionais. Vamos estabelecer uma comparação entre o fausto cômodo que a borracha trouxera a Manaus e com enorme capitalização para o tesouro Nacional e o fausto desperdício que a Zona Franca traz em dólares. Não me refiro, neste último título, ao que realmente pode ser útil ao homem, mas acontece que a Zona Franca fez enorme concorrência a muitas indústrias manauaras, do tipo fábricas de calçados, de bolsas, de bebidas refrigerantes, de artesanato metálico, de movelaria, de brinquedos, etc. Essas indústrias cerraram as portas, com exceção das fábricas de refrigerantes e de bebidas alcoólicas, algumas ainda resistindo. Pois bem: outrora, a comodidade da água conduzida em canos de chumbo trouxera para os habitantes de Manaus um tipo de doença frascária: o saturnismo. Mudado o sistema para condutos de ferro, a Zona Franca trouxe um novo tipo de doença: a devassidão. Ao longo dessa teoria preocupante de inovações e de reformulações acontece também o inevitável: edifícios nobres, que fizeram o estadão de tradicionais famílias, estão sendo convertidos em hotéis-pensões, casas de comércio, conspurcados pelas picaretas suas severas linhas arquitetônicas. Qualquer porão ou portinha exígua é arrendada por uma fortuna ou são transfor

mados por exigência do crescimento anormal da população, em moradia fixa. Estilos compostos surgem à revelia e não me admiraria muito se o nosso grandioso Teatro Amazonas não acabasse transformando em armazém de secos e molhados.

Por um momento nos afastamos de algo mais cativante e a ele voltamos. Se um Humberto de Campos não houvesse fincado o pé naquela região não teria reconhecido no romance-reportagem *A Selva*, de Ferreira de Castro, um libelo contra a exploração do homem rural. Essa temática era velha e podia aparecer no romance amazônico *Simá*, do capitão-tenente Araújo Amazonas ou no romance *Os Selvagens*, do português Francisco Gomes de Amorim, ambos indianistas e coincidentes à obra de José de Alencar. É um tipo de história que transforma a Amazônia em região amaldiçoada e que está sendo explorada sem nenhum mérito pela literatura moderna regional, a injustiça social. Mas não é esse somente o lado mais qualificado da nossa cultura. Nós produzimos nomes aureolados na arte dramática, nomes que ainda são lembrados, como Benjamim Lima, nascido em Óbidos, Renato Viana, Coriolano Durand, Grijalva Antony, Vicente Reis, este último mais filiado ao gênero farsas e lá no Amazonas dedicado ao jornalismo informativo. Em outras áreas: João Leda foi um filólogo de origem maranhense vivido em Manaus desde a mocidade e lá enterrado. Figura respeitável de conhecedor da língua portuguesa, polemizou valentemente contra Cândido de Figueiredo e Castro Lopes, publicando principalmente dois livros de sucesso absoluto: *Os aureos filões de Camilo* e *Vocabulário de Rui Barbosa*. Tão excelentes livros que alguém destas plagas deles se apropriaria ilegalmente, furto escandaloso que só se pode comparar ao do velocino de ouro. Outros notáveis filólogos foram Júlio Nogueira, não amazonense, e Teodoro Rodrigues, todavia que realizados no Amazonas, onde viveram muitos anos. Pergunta-se que faziam essas cerebrações por lá, distantes dos centros metropolitanos. Atuavam

brilantemente na cátedra, na imprensa, na política, nas artes, porque Manaus estava antigamente mais próxima da Europa do que do Rio de Janeiro e porque um senso de hospitalidade estimulava a todos quantos necessitassem acesso à cultura geral. Aquele seria um período também áureo da cultura: diariamente havia notícias de conferências, de exposições de arte, de modas, e de vez em quando um lançamento de livro, uma recepção elegante nos paços oficiais ou nos palacetes de gente-bem. Ninguém perguntava de onde viria o poeta Taumaturgo Vaz com sua boêmia e sua verve picaresca, ou o preto Alcides Bahia com o seu jornalismo acidulado e a sua política sinuosa. O que interessava era o talento, a audácia, a coragem para assumir-se. Outro maranhense que fazia crônica mundana e romance de tese foi Raul de Azevedo, cujos livros eram editados em Portugal, ou no Lelo ou na Parceria Maria Pereira. Péricles Moraes, amazonense da gema, exerceu a crítica literária e foi amigo de Eugene Noel, e de muitos outros franceses com quem se correspondia. Escreveu sobre Coelho Neto, Martins Fontes. Dono de um estilo suave e bem cuidado, foi mais francófilo do que brasileiro, embora só escrevesse em português. Paulino de Brito, amazonense nato, é mais conhecido como gramático, embora seja um poeta e novelista esquecido pelas gerações novas que não se apercebem nem querem tomar conhecimento dos homens do passado. Bernardo da Silva Ramos foi o nosso grande numismata. Orientalista de fama internacional, filho da terra, viajou longamente pelo Oriente a catar moedas perdidas nos monturos da Acrópole e das Pirâmides, de Baalbech e de Bizâncio ou Roma, organizando a numismática de Manaus que chegou a ser a quarta do mundo e hoje está desatualizada e miseravelmente pilhada. Álvaro Botelho Maia foi o nosso poeta maior e já no fim da vida dedicou-se ao romance e ao misticismo. André Vidal de Araújo, pernambucano de nascença, filho de eminente jurista e latinista, Pedro de Araújo Filho, criou a justiça de meno

res de Manaus e escreveu obras de sociologia, além das pesquisas sobre menores abandonados. Fundou três instituições modelo, para recuperação de menores abandonados, mulheres sem marido e jovens perdidas, trabalhos que tiveram grande repercussão nos meios europeus, principalmente na Áustria de pós-guerra. Jonas da Silva, não amazonense mas educado lá, era industrial e poeta obrigado em certas antologias nacionais. O dramaturgo Benjamim Lima, cujo centenário de nascimento comemora-se em Manaus, foi dos primeiros a escrever um ensaio sobre o poeta Jorge de Lima, de quem era amigo íntimo. Agnelo Bittencourt, amazonense nato, filho do político e historiador Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, salientou-se entre os geógrafos brasileiros e ainda hoje figura obrigatoriamente na linha de Araújo Lima e Raimundo Morais. Mas houve outros menos conhecidos dos próprios amazonenses: Francisco Aguiar foi astrônomo, e quando veio servir no Observatório Nacional, corrigiu os erros da tabela do então diretor professor Moritz. Em capacidade o amazonense de qualquer formação intelectual pode sobressair em meios grandes, mas falta-lhe um título muito necessário para a disputa de espaço: é o atrevimento, que elege sempre aos maríolas. O amazonense é de seu natural bisonho e comedido, mas quando consegue superar esse obstáculo geralmente vai longe na admiração e no respeito. Superando esse obstáculo, criaturas da estirpe intelectual de Tatá Level, Olga Práguer Coelho, Arnaldo Rebelo, Manuel Santiago, Francisco Galvão, para só falarmos nos mortos, tomaram pé em ambiente estranho, porque, pena é dizê-lo, se ficassem na Amazônia não fariam milagres. E no entanto Manaus está apenas a duas horas e meia de avião, no entanto que está a segundos do rádio e da televisão.

Torna-se necessário redescobrir a Amazônia? Então devemos começar pelo homem que continua ignorado, e ele sim, terá muito o que dizer de si e da terra e não a terra do portador da cultura.

Foi uma antecipação do sentimento da salda
de, ligado à vocação libertária, que exibiu o nosso
valente guerreiro Ajuricaba quando mergulhou com
os ferros, para sempre, nas águas escuras do rio Ne
gro, a fim de escapar à humilhação da força em Be
lém ou Lisboa. É esse liame psicológico que preten
de explicar a lenda por nós relatada no início. Quem
vê a Amazônia uma vez, dela falará pelo resto da vi
da em termos de admiração e de mistério.

Tenho dito

MÁRIO YPIRANGA MONTEIRO





AVISO

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas. O uso destes documentos é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais - [Lei nº 9.610/98](#)). Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõem a rede de bibliotecas públicas do Estado do Amazonas.

EMAIL: ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM



Secretaria de
Estado de Cultura



CENTRO CULTURAL DOS
POVOS DA AMAZÔNIA